

# **Financiamento da educação:** de uma visão histórica à ação presente

*29 de Outubro de 2025*

**Caio Callegari – Coordenador Geral de Equidade Educacional**  
SECADI/MEC



Se reduzirmos a História do Brasil em **24 horas**, durante quanto tempo ficamos sem um financiamento minimamente **equitativo** para a educação?



**22 horas e 41 minutos!!!**

# Os primeiros 4 séculos do Brasil pós-1500



**Escolas jesuítas**



**Reforma  
pombalina**



**Manifesto dos  
Pioneiros da  
Educação Nova**

# Flutuação entre Constituições

**Constituição Federal de 1934:** primeira vinculação de impostos fixa para a educação

**Constituição Federal de 1937:** cai a vinculação

**Constituição Federal de 1946:** é retomada a vinculação

**Constituição Federal de 1964:** cai a vinculação de novo, e é criado o Salário-Educação

# Uma pequena “revolução” com grande impactos - a centralidade da matrícula

- Emenda Calmon de 1983 e Constituição Federal de 1988
- PNAE e PDDE (1995)
- FUNDEF (1996)
- FUNDEB (2006)

**Efeitos:** universalização do Ensino Fundamental, crescimento da Educação Infantil, valorização salarial, crescimento do tempo integral

# Dois primeiros conceitos de equidade em ação

- 1) Relativa **imparcialidade** (equidade horizontal): alunos recebem o mesmo valor por aluno
- 1) Primeiro mecanismo de **equidade vertical** (“mais para quem tem menos”): a Complementação da União

# Uma chave de Equidade mais completa

Equidade vertical mais potente + Valorização da diversidade +  
Indução de equidade nas tomadas de decisão

Novo FUNDEB (2020) - conquista dos educadores

Valorização do fator de ponderação das matrículas de estudantes com deficiências (2023)

Criação do PDDE Equidade (2024)

Novo PAR com ações de financiamento para a Educação Bilíngue de Surdos

# Na prática, o que isso significa?

## - Recursos para redes de ensino:

Investimentos na valorização e na formação dos profissionais da educação, investimentos em infraestrutura adequada para o PAEBs, investimentos em eventos de compartilhamento de práticas, investimentos em ações de comunicação e mobilização de famílias, investimentos em material didático adequado, etc.

## - Recursos para escolas:

Investimentos em material didático e paradidático complementar, formações complementares, pequenos reparos complementares, equipamentos, etc.

Estamos avançando no financiamento para a equidade e para a EBS.

Mas e na **gestão financeira para a equidade e para EBS?**

# Gestão financeira na escola

1) Quais são os meus recursos disponíveis?

Agora tem PDDE  
Equidade

1) Quais são suas regras de uso? Como posso utilizá-los?

1) Quais são as prioridades da minha comunidade?

*Gravidade, urgência e tendência*

1) Planejamento coerente com corresponsabilidade

*O quê, onde, por quê, quem, quando, como, quanto custa?*

1) Execução eficiente

*3 orçamentos + bom acompanhamento + correção de rotas*

# E a gestão na rede de ensino?

1) Quais são os meus recursos disponíveis?

**FUNDEB + PAR**

1) Quais são suas regras de uso? Como posso utilizá-los?

1) Quais são as prioridades da minha comunidade?

1) Planejamento coerente com corresponsabilidade

(...)

1) Execução eficiente

# E a gestão na rede de ensino?

1) Quais são os meus recursos disponíveis?

1) Quais são suas regras de uso? Como posso utilizá-los?

**1) Quais são as prioridades da minha comunidade?**

**1) Planejamento coerente com corresponsabilidade**

(...)

1) Execução eficiente

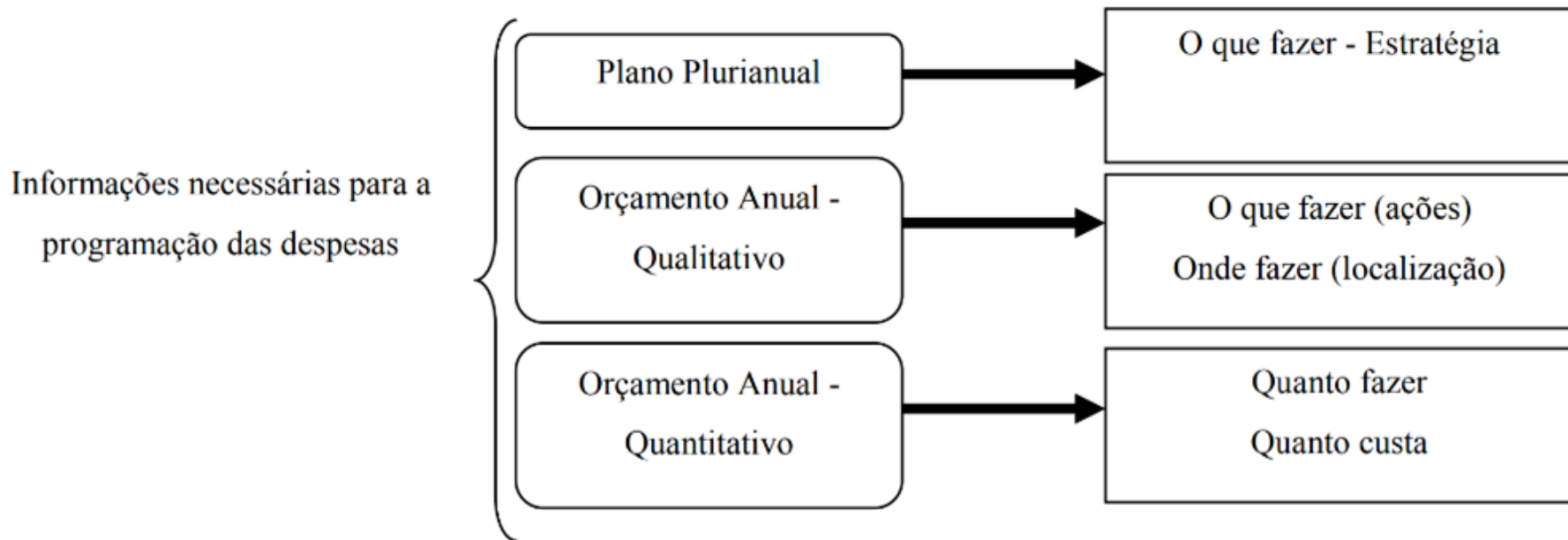
Estamos aqui!

29 de outubro

Data :

29 de outubro é o 302.º dia do ano no calendário gregoriano. Faltam 63 dias para acabar o ano.

# Estamos no momento de apreciação da LOA nos Estados e Municípios



## Qual é o prazo para aprovação da LOA?



A tramitação da LOA começa quando é recebida pelo Poder Legislativo, vinda do Executivo. Ou seja, no máximo até 31 de agosto.

Já a aprovação pelo Legislativo deve ocorrer até 22 de dezembro, com sanção até 31 de dezembro.

# O ciclo de aprovação do Orçamento Público

## Chegada do PLOA

O PLOA é enviado pelo Executivo ao Legislativo, que o registra e encaminha para análise. Em seguida, a Comissão de Finanças e Orçamento é formada ou acionada para conduzir a tramitação.

## Discussão e proposição de emendas

Parlamentares podem propor emendas ao projeto, remanejando recursos ou sugerindo novas prioridades, dentro dos limites legais. Essas emendas são analisadas quanto à sua viabilidade técnica e impacto fiscal. Em geral, as emendas são apresentadas após ciclo de audiências públicas.

## Voto do relator e redação final

O relator, escolhido entre os membros da comissão, elabora um parecer consolidando o texto com ou sem as emendas aceitas. Esse parecer é discutido e votado no âmbito da comissão. Com base nisso, é gerada uma redação final que segue para votação em plenário.

## Voto no plenário

O projeto é levado à votação, com ou sem as emendas aprovadas. A votação pode ocorrer em turno único ou mais, dependendo do regimento da casa. Se aprovado por maioria simples, o projeto segue para sanção do Executivo.

## Sanção do Executivo

O prefeito ou governador recebe o projeto aprovado e pode sancioná-lo integralmente ou vetar partes específicas, como emendas. O Legislativo pode manter ou derrubar os vetos em nova votação. Após a sanção final, a LOA é publicada.

# Formas de incidência de profissionais da educação

- Acompanhar e participar de **audiências públicas** (fase de participação social) da Comissão de Orçamento, momento no qual os educadores podem se posicionar diretamente (na representação de mesas de debate) ou se fazer presentes para criar oportunidades de diálogo com parlamentares;
- Contribuir em consultas públicas e enquetes virtuais, ou diretamente na Ouvidoria do Governo ou Prefeitura, se houver;
- Dialogar diretamente com a Secretaria de Educação para organizar estratégias de participação social;
- Apoiar o desenvolvimento de emendas de deputados e vereadores;
- Acompanhar e se posicionar a respeito da votação das emendas que impactam a educação (para melhor ou para pior).

## Para fechar

Avançamos historicamente com fontes permanentes de financiamento, com regras de distribuição “republicanas”

Há um capítulo aberto para financiar a equidade e a Educação Bilíngue de Surdos

E estamos diante da janela de oportunidade para colocar a equidade e a EBS no orçamento!

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO L | BRASÍLIA - DF | 70.047-900  
0800 616161



GOV.BR/MEC